

## AS VILAS RURAIS DO PARANÁ: EXPERIÊNCIA EM ASSENTAMENTO PLANEJADO

Afonso de Sousa Cavalcanti\*

### RESUMO

As vilas rurais são formas de assentamento planejado. Diferenciam dos assentamentos do MST e do INCRA. O programa Vila Rural é uma política pública que oferece aos vilieiros um teto e uma propriedade. A casa e a propriedade são infraestruturas básicas para assentar e segurar as famílias nas vilas rurais. Entre 1975-1991, mais de 2.650.000 pessoas deixaram o campo, no Paraná. Dessas, 1.450.000 pararam nas periferias das médias e grandes cidades paranaenses. A outra parte ultrapassou as fronteiras agrícolas do Oeste brasileiro. O esvaziamento do Paraná representou o desmanche de 267.000 habitações rurais. Para evitar o êxodo rural, segurar a migração, conter a força do MST e assentar os trabalhadores volantes, o Governo do Paraná construiu 412 vilas rurais. A pesquisa é fruto do projeto do PROBIC da FAFIMAN e destaca as vilas rurais Nova Ucrânia e Terra Prometida, de Apucarana.

**Palavras-chave:** Assentamento planejado. Proprietários restabelecidos. Paz e harmonia no campo.

### Introdução

O Estado do Paraná sofreu profundas mudanças, principalmente no período de 1975 a 1991 e mais precisamente na zona rural. A mecanização agrícola provocou o esvaziamento do campo, especificamente nas áreas de terras férteis e propícias à mecanização.

O Norte do Paraná, tomado pela cafeicultura, viu esta lavoura perecendo com as geadas, ferrugem e outros males e também sentiu o grande êxodo rural. Os estudiosos e o censo populacional constatam que mais de 267.000 moradias foram fechadas na zona rural e grande parte dessas propriedades rurais foi anexada em outras propriedades. Praticamente 1/3 da população paranaense passou pelo fenômeno da diáspora. Por causa desse contingente populacional que foi abandonado pelas mudanças sócioeconômicas drásticas e rápidas, o Governo do Paraná quis inovar e criou o Programa de Melhoria da Qualidade de vida do Trabalhador Rural. Nele consta o Subprograma: Vilas Rurais. A meta do governo a ser seguida, visava garantir o lugar de destaque do Estado como maior produtor de grãos do Brasil e em contrapartida priorizar o ser humano. Os órgãos do Governo do Paraná anunciaram resolver a questão

\* Professor de Filosofia, Sociologia e Política Educacional Brasileira na FAFIMAN, graduado em Filosofia, Estudos Sociais e Pedagogia, Mestre em Filosofia e Doutor em Educação, Administração e Comunicação, e-mail: afonsoc3@hotmail.com

social histórica do Paraná: o abandono do homem no campo e na cidade. O Subprograma: Vilas Rurais traçou a forte política pública e conseguiu erguer 412 vilas rurais, em 273 dos 399 municípios do Paraná (CAVALCANTI, 2001).

Com base nestas considerações, o presente estudo buscou compreender o que de fato vem a ser o Subprograma das Vilas Rurais do Paraná. Em especial, lançou olhares científicos para os territórios das Vilas Rurais Nova Ucrânia e Terra Prometida, ambas do município de Apucarana, Paraná. Elas estarão assim descritas: no tocante às vilas rurais Nova Ucrânia, com 62 propriedades e Terra Prometida, com 38 propriedades. As famílias sentem-se estimuladas em fazer uso adequado de seu lote de 5000 m<sup>2</sup>. Este estudo quer esclarecer como são os momentos de discussão sobre a cidadania.

Os visitantes e pesquisadores podem conferir a infraestrutura que facilita a vivência dos moradores das vilas rurais e naquilo que estão sendo assistidos pelas entidades do Município de Apucarana e do Estado do Paraná. De fato, ali se encontra a consagração desse projeto, no entanto, as vilas rurais existem para a boa solidariedade: a comunhão do homem com os seus semelhantes (no caso das mais de 100 famílias moradoras nas duas vilas) e com o meio ambiente (o sítio rururbano das Vilas Rurais Terra Prometida e Nova Ucrânia). Os vileiros ganharam “status” de proprietário. Muitos deles foram expulsos da zona rural paranaense, após 1970.

#### **Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural**

O abandono do homem no campo levou o Governo do Paraná à execução do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural. O referido programa foi criado em janeiro de 1995, devendo ser executado através dos seguintes órgãos paranaenses: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP). Fazendo parte do Programa de Melhoria da Qualidade de vida do Trabalhador Rural, consta o Subprograma: Vilas Rurais. O Governo do Paraná propôs uma meta a ser seguida, visando garantir o lugar de destaque do Estado como maior produtor de grãos do Brasil e em contrapartida priorizar o ser humano. Os levantamentos estatísticos demonstravam que mais de 400 mil trabalhadores rurais (“bóias-frias”) passavam todo tipo de necessidade. Para alavancar o progresso econômico do Estado foi necessário resolver a questão social histórica do Paraná: o abandono do homem no campo e na cidade (GOVERNO DO PARANÁ, 1995b)

No Paraná, na década de 1970, os setores produtivos do Estado sofreram intensas alterações. Até então, o Norte do Paraná, especificamente no eixo Londrina Maringá, era tomado por pequenas e médias propriedades. Os lotes, variando entre 2 (dois) e 10 (dez) alqueires paulistas, na sua maioria, eram habitados por trabalhadores que viviam em regime de economia familiar e cultivavam o café. A cafeicultura entrou em decadência e a mecanização agrícola se espalhou por quase todo o Paraná agricultá-

vel. As procuras por financiamentos aumentaram devido ao estímulo de fazendeiros paulistas, favorecendo a compra de máquinas e implementos agrícolas, desestimulando a cafeicultura e incentivando o cultivo de oleaginosas: devido à crise do café no mercado mundial. Através da lei 4.829, de 05/11/1965, o governo garantiu o crédito rural subsidiado e subordinado ao Conselho Monetário Internacional. Através do Banco Central (BACEN), de um lado, protegeu a cultura de oleaginosas e de outro, desestimulou a cafeicultura (PAIVA et al., 1987).

Em 1995, a zona rural e a agropecuária do Estado do Paraná caminhavam para a decadência. Aproximadamente 20% de seus moradores (1.800.000 pessoas) não ganhavam o suficiente para sobreviver e não tinham oportunidade de trabalho. Segundo o Sistema Nacional de Empregos (SINE-PR), mais de 150 mil pessoas ficaram desempregadas e milhares de postos de trabalho foram desativados. O mais grave, e com origem nas décadas de 1980 e 1990, foi que mais de 800 mil paranaenses migraram para outras regiões, em busca de uma nova perspectiva de vida (CAVALCANTI, 2001).

Para não permitir novas migrações e melhorar a condição de vida dos que vivem neste Estado, algumas medidas foram necessárias, dentre outras: gerar empregos, desenvolver a agricultura, propiciar nova forma de assentamento do homem no campo (a exemplo das vilas rurais).

A modernização da agricultura, necessariamente requer que as propriedades rurais sejam tratadas como empresas e que seus proprietários-produtores tenham do Governo a garantia da produtividade e do preço mínimo. A política agrícola do Estado necessita de uma forte organização regional, conforme a vocação produtiva de cada região do Estado. Ao empreender a produtividade, o proprietário estará projetando certa quantidade, com qualidade e visando o mercado consumidor. A modernização da agricultura não resolveu a questão do abandono do homem no campo, pois ela representou o fortalecimento da monocultura das grandes extensões mecanizadas do Estado.

A produção de grãos, em vastas extensões, foi primordial ao enriquecimento econômico do Estado e especialmente dos grandes capitalistas, mas não o foi e nem o é para os bóias-frias e pequenos proprietários. As grandes áreas mecanizadas têm favorecido, diga-se de passagem, os vendedores de insumos e de implementos agrícolas. Os pequenos e médios proprietários, por não poderem comprar maquinários e implementos agrícolas, dependem dos médios e grandes proprietários que os possuem. Pelo fato de dependerem daqueles que os possuem, suas terras são trabalhadas, plantadas e colhidas pelos maquinários, conforme os interesses dos proprietários das máquinas e implementos agrícolas. As pequenas e médias extensões sempre vão ficando por último, tanto no preparo do solo, nas plantações e colheitas, e muitas vezes atrasam os plantios e perecem as colheitas. Os que sempre dependem dos outros desanimam e terminam vendendo suas terras aos mais fortes.

A junção das pequenas propriedades, logicamente, constitui a formação de grandes áreas, ora mecanizadas, ora em pastagens, e que tem apenas favorecido os grandes proprietários. Os que vivem em regime do liberalismo econômico precisam repensar o problema caótico da mão-de-obra sem qualificação (especificamente o tra-

balhador braçal, originário do campo).

Não basta apenas produzir. Ao produzir a matéria-prima, os empreendedores devem ter em mente a instalação e a modernização de agroindústrias que transformarão essas matérias-primas em produtos industrializados. A produção agropecuária, a industrialização e a comercialização, unidas representam, sobretudo, a geração de empregos, enriquecimento dos produtores e melhoria da qualidade de vida.

### **A riqueza do estado passa pelo desenvolvimento social**

As indústrias passaram a fabricar máquinas, implementos e insumos agrícolas que se destinavam ao campo mecanizado. As áreas cafeeiras sofreram os ataques da ferrugem. As geadas, especialmente a de 1975, contribuíram para a morte dos cafezais. Os preços do café descambaram no mercado. O Estatuto do Trabalhador Rural aproximou o trabalhador rural do trabalhador urbano e isto dificultou as relações de trabalho no campo. Tais relações variaram consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se deu na indústria e no comércio. Tal variabilidade precisou naturalmente ser levada em conta pela lei. Isso se verificou logo na definição do trabalhador rural, que para os efeitos da lei “é toda pessoa física que presta serviços ao empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro” (PRADO JUNIOR, 1981).

Na agricultura e na pecuária, aumentou o número dos médios e grandes proprietários, e os pequenos produtores tiveram seus atendimentos reduzidos. Surgiu a política protecionista aos grandes proprietários, em detrimento dos pequenos, questão que veio eclodir em dezenas de movimentos populares e na questão da terra, tratado especial do MST.

O Paraná rural e urbano, dos últimos trinta anos, demonstrou uma verdadeira diáspora. Durante a década de 1970, mais de 2.650.000 pessoas deixaram o campo. Destas, 1.450.000 passaram a residir nas periferias das grandes e médias cidades paranaenses. O restante foi lançado para as fronteiras do oeste brasileiro. Dando origem ao trabalhador volante (boia-fria). Levantamentos demonstravam que mais de 400 mil trabalhadores volantes passavam todo tipo de necessidade.

Para não permitir novas migrações e melhorar substantivamente a condição de vida da população, o Governo do Paraná lançou o Programa “Melhoria da Qualidade de vida do Trabalhador Rural, Subprograma: Vilas Rurais”. O governo do Estado propôs parceria com os prefeitos dos 399 municípios. A proposta de parceria foi profícua, pois conseguiu abranger 273 municípios e neles foram implantadas 412 vilas rurais, abrigando mais de 80.000 pessoas.

### **Resultados das vilas rurais e sua análise social**

Entre os anos de 1995 e 2008, o Governo do Paraná propôs uma meta a ser seguida, visando destacar o Estado como maior produtor de grãos do Brasil e em contrapartida priorizar o ser humano. O programa Vila Rural do Governo do Paraná foi

uma forma planejada de assentamento que pretendia esvaziar o movimento dos trabalhadores sem terra, no Paraná. As vilas rurais abrigaram os boias-frias que podiam ser mais facilmente contratados pelos empregadores rurais, além de que devolveu aos expropriados o “status” de proprietário de um pedacinho de terra.

Não se pode alavancar o progresso econômico do Estado sem solucionar a questão social histórica do Paraná: o abandono do homem no campo e na cidade. Em dezenas de cidades, principalmente no Oeste do Paraná. Milhares de construções, que antes eram residências familiares ou alojamentos comerciais foram esvaziados.

O processo de implantação de uma vila rural começou com a identificação da demanda de moradia nos municípios. Os quesitos básicos para ser “vileiro”, resumiam-se, em princípio, que a família não tivesse ocupação e nem renda. Para tanto, foi preciso que o chefe da família preenchesse as seguintes condições: ser trabalhador rural volante com experiência agropecuária, preferencialmente com família numerosa e que estivesse em sub-habitação; ser morador no município, com preferência para aqueles com mais de quatro anos de residência; não possuir qualquer imóvel; exercer atividade remunerada de caráter temporário; atender aos critérios da COHAPAR para financiamento da habitação.

Depois de selecionadas as famílias, começou a escolha da área para construção da vila. Para isso, levavam-se em conta as seguintes características da terra: fertilidade do solo, topografia compatível para o plantio e presença de mata nativa.

Com a área adquirida pela prefeitura do município, começaram as obras de preparo, feitas pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODAPAR). Durante esse período os moradores se organizaram em associações e definiram junto com os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER/PR) o projeto sócioeconômico da vila, ou seja, o que seria plantado em seus lotes.

Entre os parceiros encontra-se a Secretaria de Agricultura e Abastecimento que, entre outras funções, analisa as condições técnicas da área para exploração da terra. A EMATER/PR serviu na assistência técnica e na extensão rural aos “vileiros” e ainda forneceu insumos e equipamentos.

As prefeituras municipais assumiram uma grande atividade na questão das parcerias. Foram elas que fizeram a divulgação do programa entre sua população. Apucarana é um município em destaque na construção e manutenção de vilas rurais, ali existem 4 (quatro) vilas rurais e por sinal são vistas com bons olhos por um de seus pais: o ex-prefeito Válder Pegorer.

Através do programa de Vilas Rurais, o trabalhador volante adquiriu um lote de cinco mil metros quadrados, escolhido em áreas férteis, uma moradia com 45 metros quadrados, um galinheiro e um depósito de produtos e instrumentos de trabalho. Contaria ainda com atendimento médico periódico em uma unidade de saúde, um salão comunitário, campo de futebol e também receberia treinamentos e insumos para fazer a transição para um novo tipo de vida. Tal transição consistia em voltar a ser produtor na terra que é sua e ao mesmo tempo sentir o prazer de ser proprietário.

A maioria dos moradores das vilas rurais é composta por bóias-frias. Parece que residir nas vilas rurais, seria a melhor opção aos bóias-frias, em busca de serviço

diário. Segundo as informações dos representantes das vilas rurais, os proprietários próximos das mesmas, que possuem frentes de trabalho (como a lavoura canavieira, cafezais, retiro de gado leiteiro e outros) estão dando preferência aos moradores das vilas. A princípio porque a própria organização dos “vileiros”, em cada vila, tem reunido constantemente os trabalhadores e até mesmo negociado possibilidades de serviços quase que constante.

Todas estas questões são necessárias para a análise social das vilas rurais. Não há outra forma de evitar a migração (o êxodo rural) se não houver a criação de condições para que a família ou apenas seus filhos não deixem o campo. Os grandes centros urbanos estão sofrendo o ônus da incorporação de milhares de paranaenses que chegam a cada ano. As vilas rurais, hoje implantadas já evitaram que mais de 80.000 (oitenta mil) pessoas viessem a aumentar o inchaço urbano.

Durante 30 meses, a família selecionada recebeu todo o apoio necessário para trabalhar a terra e no final desse período assinou um contrato de financiamento de 25 anos, no valor médio de R\$ 40,00 (quarenta reais) mensais. O primeiro projeto construído pela COHAPAR foi a Vila Rural Nova Ucrânia, localizada em Apucarana, a 54 km de Londrina. O trabalho de preservação e reflorestamento das Vilas Rurais foi feito pela Coordenadoria de Empreendimentos Rurais da COHAPAR e funciona dentro da Lei Federal 4.771, que diz que em todas as áreas rurais deve-se ter uma reserva florestal de pelo menos 20% em relação à área total do imóvel.

As vilas rurais, hoje em número de 412, representam a maior organização do espaço rural brasileiro. É de fato a maior extensão mundial em termos de organização do espaço rururbano. Interessante que as vilas estão espalhadas já em 273 municípios e em todas as regiões do Estado. Aquilo que parecia de difícil aceitação de muitos prefeitos passou a ser algo de atração, de interesse imediato. Muitos municípios que não contavam sequer com um distrito ou mesmo com um núcleo habitacional avançado e bem organizado, em seu lugar contam com uma ou mais vila rural. Apesar de que os prefeitos necessitaram comprar ou ganhar da iniciativa privada um terreno para construir uma vila, esta terminou sendo um presente para o município. Quer uma vila de 12 unidades ou de 130 unidades, esta representou uma medida salutar contra a invasão de terras particulares. Uma vez habitada uma vila, seus moradores passam a sobreviver por sua conta e risco. Enquanto residem numa vila, as famílias dos “vileiros” tornam-se proprietárias e deixam de ser ameaças potenciais, tais como: à invasão de terras, conforme o modelo do MST; ao inchaço urbano das periferias de muitas cidades; à migração para outros estados e outras regiões do Brasil ou até mesmo a países vizinhos do Brasil. Para o Estado do Paraná, as vilas rurais representam hoje o aumento da prestação de serviços. Cada nova propriedade representa uma nova escritura pública que precisa ser lavrada e registrada em cartório.

A organização de uma vila representa a junção de mão de obra organizada num determinado local. Esse conjunto de mão de obra é de fato organização da força de trabalho, frente aos grandes produtores que necessitam dessa mão-de-obra. Politicamente, o Paraná ganhou 412 núcleos habitacionais que poderão se transformar em futuros distritos e quem sabe, no futuro até mesmo em novos municípios. Assegurar

uma melhor qualidade de vida aos moradores das vilas rurais é enriquecer o Estado do Paraná. Ao sustentar a melhor qualidade de vida aos moradores das vilas rurais, a instituição governamental do Paraná está conquistando a confiança dos novos eleitores do Estado. A política de dar teto a quem não tem e de ofertar condições àqueles que se tornam proprietários representa organizar politicamente a população para que seja mais consciente de seus direitos e deveres.

Pelo simples fato de uma vila estar agrupada e de seus moradores serem de uma mesma origem social e econômica, isto facilita o trabalho de qualificação dos moradores de uma vila. Ao alavancar as forças produtivas do Estado e preparar mão-de-obra qualificada para nelas trabalhar, todos os organizadores das vilas rurais estão de certa forma criando uma política administrativa adequada aos tempos e aos locais. Se não houvesse a organização das vilas rurais, hoje, o Paraná teria que contar com mais de 80.000 pessoas para somar ao grande número de miseráveis que habitam o Estado. Para muitos municípios, uma vila rural resolve as dificuldades mais prementes de mais de 10% das famílias mais carentes.

#### **Destaques importantes às Vilas Rurais Nova Ucrânia e Terra Prometida**

Passados 13 anos da implantação do projeto das vilas rurais do Paraná, constatou-se que embora tenha sofrido algumas alterações, comparando-se ao projeto inicial, as vilas rurais, de um modo geral, viabilizaram a melhoria da qualidade de vida dessas famílias. As observações feitas nas Vilas Rurais Nova Ucrânia e Terra Prometida demonstram que, embora se localizem no mesmo município, apresentam diversidades entre si, como o relevo, o solo, a distância em relação à área urbana, fatores que foram fundamentais para o bom desenvolvimento de cada vila. Consideramos ainda as diferenças sócio-culturais existentes entre essas duas vilas.

As principais alterações do projeto inicial para a situação atual estão em fatos como estes: as vilas rurais hoje são consideradas vilas urbanas, obrigando os proprietários ao pagamento do imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU). Esse fato é decorrente da medida transitória que passa a responsabilidade sobre o projeto das vilas rurais do Governo do Estado para os municípios sedes.

É importante ressaltar ainda o problema que envolve o abastecimento de água das vilas rurais. A falta de água para a irrigação impede diversos cultivos agrícolas que facilitariam o desenvolvimento das famílias “vileiras”. A água para irrigação de produtos hortifrutigranjeiros é essencial, notamos.

As vendas dos lotes, inicialmente eram proibidas. Deparando-se com diversas situações de venda, os dirigentes das vilas abriram uma exceção, a comercialização de lotes pode ser feita a partir do momento em que estiver quitado. Outra situação semelhante à da venda de lotes, é a construção de mais de uma moradia na mesma propriedade. Inicialmente era proibida a construção de mais de uma casa, mas com o passar do tempo viu-se a necessidade de liberação para novas construções, assim filhos que formavam suas famílias compartilhariam dessa mesma propriedade, não se tornando assim um novo expropriado.

A Vila Rural Nova Ukrânia, localizada em Apucarana, foi financiada através do programa Paraná 12 Meses. Sua inauguração se deu em 26 de maio de 1995, é a primeira vila rural do Paraná. A iniciativa de criação dessa vila nasceu do padre Valter Pegorer, prefeito duas vezes em Apucarana.

A área total da vila é de 459.311 m<sup>2</sup>, ou seja, 45,93 hectares, compondo 65 unidades, variando de 5.000 m<sup>2</sup> a 7.000 m<sup>2</sup>. O nome dado à vila veio do original da Gleba Nova Ukrânia. O sítio onde a vila foi instalada é parte de uma propriedade chamada de Fazenda Mineira.

O território da vila é ligeiramente inclinado. O solo é de terra roxa, excelente para o desenvolvimento de diversos produtos agrícolas como o café, hortifrutigranjeiro, grãos em geral e também para a criação de animais (frango de corte, poedeiras, coelhos e outros). Essa vila rural parece que está dando certo, os moradores deixaram de ser expropriados, explorados e abandonados, agora assentados passaram a ter créditos na condição de “vileiros” do Paraná.

A vila rural Nova Ukrânia foi prejudicada pela falta de abastecimento de água. Há dois anos o abastecimento passou a ser realizado pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), dificultando a vida dos “vileiros”, que antes eram abastecidos por um poço artesiano comunitário. Com isso o cultivo de hortaliças, que é uma das atividades mais rentáveis nesse tipo de propriedade, passou a ter um custo de produção muito alto, tornando inviável o cultivo.

A Vila Rural Terra Prometida, localizada na PR 444, no município de Apucarana, inaugurada em 1998, composta por 38 propriedades de 5000 m<sup>2</sup> a 7000 m<sup>2</sup>, das quais hoje se encontram todas ocupadas, apenas quatro não estão com os devidos donos que as receberam.

Valter Pegorer, um dos idealizadores do projeto Vilas Rurais, afirmou, em 2001, que algumas Vilas Rurais não foram bem sucedidas, principalmente as que ficavam próximas ao perímetro urbano e as que estavam muito longe. As situadas em uma distância intermediária conseguiram melhor viabilidade, esse é o caso da comunidade Terra Prometida, que embora esteja a mais de quinze quilômetros da cidade, os moradores podem contar com o transporte coletivo, três vezes ao dia. Sendo assim, é possível que os trabalhadores possam trabalhar na cidade ou simplesmente irem até lá vender sua produção nas feiras do produtor.

Embora as Vilas tenham sido construídas para manter os trabalhadores rurais no campo, muitos hoje em dia trabalham na cidade, outros em grandes propriedades aos arredores e uma parte ainda trabalha de boia-fria. A grande diferença é que agora tendo uma pequena propriedade podem conseguir uma renda complementar ou simplesmente cultivarem seus próprios alimentos. Para adquirirem renda vendendo seus produtos há duas possibilidades: sendo vendido direto ao consumidor em feiras livres, em Apucarana ou cidades vizinhas, ou também à prefeitura do município de Mandaguari que passa semanalmente para comprar seus produtos.

Nessa vila temos exemplos de propriedades desenvolvidas, onde os lotes passaram por uma supervalorização devido às melhorias ali realizadas. Com base nos

dados analisados compreende-se que o projeto Vila Rural, embora tenha passado por alterações e em muitos casos não se desenvolveu como o planejado, de um modo geral atendeu as necessidades emergenciais de milhares de paranaenses.

### Considerações finais

O estudo das vilas rurais demonstra que o Estado do Paraná preocupou-se com os abandonados do campo. Ao observar a execução do *Subprograma Vilas Rurais*, o pesquisador tem em mente algo que é comum nessas vilas e especificamente registramos nos dois projetos de vilas que estudamos (Terra prometida e Nova Ucrânia):

a) as unidades variam de 5.000 m<sup>2</sup> a 7.000 m<sup>2</sup>, dependendo de sua situação geográfica no território total da vila. Normalmente os lotes que se limitam com a curvatura da rua, que se situam junto das divisas externas, e ainda que se aproximam da área da reserva florestal, são maiores;

b) os lotes são protegidos por uma cerca de arame de aço liso, pregado em palanques de madeira cozida, com aproximadamente 1,60 m de altura, tendo na sua entrada uma porteira dupla feita em madeira serrada;

c) cada unidade da vila contém *uma casa construída em alvenaria*, com área de 44 m<sup>2</sup> e coberta com telhas de barro. A casa tem instalações de água, luz e esgoto sanitário (no sistema de fossa séptica). A casa inicial era sem divisórias;

d) normalmente as unidades das vilas mais antigas contam também com a construção de um paiol (com área de 12 m<sup>2</sup>) e de um galinheiro (com área de 9 m<sup>2</sup>), construídos em madeira e com cobertura de telhas de eternit. O paiol e o galinheiro são benfeitorias adquiridas com o recurso do “Paraná 12 meses”, do governo do Estado do Paraná;

e) toda a extensão das unidades das vilas é protegida pelo sistema de microbacias e entregue limpa, em estado de perfeito uso para que o proprietário possa produzir produtos que sirvam para seu sustento e de sua família, e ainda destinados à comercialização;

f) a rua central que limita as frentes das unidades das vilas tem uma largura de 12 metros e foi empedrada com saibro para evitar atoleiros. As ruas são decoradas com árvores e arbustos ornamentais (nas espécies de acácia mandurana, sibipiruna, aroeira salsa, jacarandá mimoso, ibiscus, ficus, legúster leguminosa etc.), e também com fruteiras (nas espécies de ameixeira, mangueira, abacateiro, jabuticabeira, goiabeira, laranjeira e outras). Alguns moradores, os mais caprichosos, ornamentam as frentes de seus lotes com plantas de jardins, e até mesmo protegem a divisa frontal do lote, onde está a cerca de arame liso, com pequenos arbustos ornamentais;

g) no mínimo 20% do sítio rururbano total de uma vila, obrigatoriamente é reservado como *área de reserva florestal*. A reserva ambiental faz parte do projeto de uma vila rural. Os moradores das vilas são incentivados a conservar e ampliar a reserva florestal;

h) as vilas rurais Nova Ucrânia e Terra Prometida estão situadas no Norte do Paraná, junto ao Trópico de Capricórnio, ambas de terra roxa (basalto), estando sob

os efeitos do clima subtropical temperado sul. Os produtos agrícolas cultivados nessas vilas podem sofrer danos com geadas e secas. Para proteger os moradores e ajudá-los na sobrevivência, a organização das vilas construiu uma rede de água específica para a irrigação do território das unidades. Essa rede de água para irrigação foi construída na mesma vala por onde passa a rede de água. A rede de água potável vem da caixa d'água que é abastecida pelo poço artesiano ou pela SANEPAR, ao passo que a rede de água para irrigação vem bombeada de uma represa servida pelo ribeirão que faz fundo com o lote central da vila rural. As redes de água potável e para a irrigação passam nas margens da rua e abastecem todas as moradias;

i) as vilas rurais possuem para o uso comunitário os seguintes benefícios: salão comunitário (para diversas reuniões), miniposto de saúde, pontos de circular, campo de futebol e outros esportes, espaço público e reservado à praça e outros;

j) as vilas estão situadas próximas de rodovias asfaltadas. Normalmente, uma das faces do sítio da vila limita-se com a rodovia. O serviço de transporte escolar dos alunos do Ensino Fundamental e Médio é feito pela Prefeitura do município de origem. Ainda é necessário ressaltar que os planejadores dessas vilas rurais tiveram o cuidado de situá-las perto de atividades econômicas em franco desenvolvimento (como são os exemplos das lavouras cafeeiras e canavieiras, e ainda de atividades hortifrutigranjeiras, leiteiras e outras).

Com olhares científicos e interessados em conhecer melhor a realidade do Subprograma Vilas Rurais, afirmamos que este estudo não termina aqui, pois na qualidade de pensador dos movimentos sociais e de agente de opinião continuaremos buscando conhecimentos para enriquecer o “fazer ciência” sobre as vilas rurais e também sobre outras formas de assentamento no Paraná.

## **ABSTRACT**

### **THE RURAL VILLAGES OF PARANA: EXPERIENCE IN PLANNED SETTLEMENT**

The rural villages are planned forms of settlement. They differentiate from the settlements of *MST* and of *INCRA*. The Rural Village program is a public policy that offers to the villagers a home and a property. The house and the property are basic infrastructure to settle and hold their families in the rural villages. Within 1975-1991, more than 2,650,000 people left the country, in Parana. 1,450,000 of those people ended up in the suburbs of medium and large cities of Parana. The other part went beyond the agricultural borders of the Brazilian West. The emptying of Parana represented the undone of 267.000 rural houses. To avoid the rural exodus, to hold the migration, to control the power of *MST* and to settle the temporary workers, the Government of Parana built 412 rural villages. The research project is a result of the PROBIC of FAFIMAN and highlights the *'Nova Ucrânia* and *Terra Prometida'* rural villages of Apucarana.

**Keywords:** Planned settlement. Reestablished land owner. Peace and harmony in the country.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2000. Coleção Saraiva de Legislação.

BRASIL. Presidência da República. *O Estatuto da terra. Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964*: atualizada pela Lei 6.746/79. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2009.

CAVALCANTI, A. de S. Vilas rurais do Paraná: forma de assentamento em busca de um teto e de uma propriedade. *Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Umuarama, v. 9, n. 4, out./dez. 2001. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/1841/1605>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

CAVALCANTI, A. de S. Questões econômicas brasileiras, a partir da aquisição de propriedades rurais. *Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Umuarama, v. 10, n. 1/2, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/issue/view/223>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

GONÇALVES, E. C.; FERNANDES, B. M. *Data luta: banco de dados da luta pela terra*. [Presidente Prudente]: Unesp, 1999. Trabalho apresentado no 3º Congresso de Extensão Universitária. Disponível em: <<http://www.proex-unesp.com.br/4congresso/bd3congresso/docs%5C247.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Normas operacionais do programa vila rural: vila rural: o Paraná plantou idéias. O Brasil colhe exemplos*. Curitiba, 1995a.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural*. Curitiba, 1995b.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Vila rural dá certo*. Curitiba, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Vilas rurais: um jeito novo de viver no campo. *Revista Bem Morar*, Curitiba, n. 1, p. 1, nov. 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Vilas rurais, a transformação que o Paraná vê. *Revista Bem Morar*, Curitiba, v. 2, p. 4-7, 2000.

IBGE. *Contagem da população, 1996 e Censo de 1991*. Brasília, DF, 1997. 1CDROM.

IPARDES. *Projeto integração de apoio ao pequeno produtor rural*. Curitiba, 1992.

KAGEYAMA, A. et al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos industriais*. Campinas, SP: Unicamp, 1987.

MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MORO, D. A. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná*. 1991. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

PAIVA, R. M.; SCHATTAN, S.; FREITAS, C. P. de. *Setor agrícola do Brasil contemporâneo-econômico, problemas e possibilidades*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Forense Universitária, 1987.

PEREIRA, L. B. *O Estado e as transformações recentes da agricultura paranaense*. 1987. Tese (Doutorado em Economia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

PINHEIRO, D. *Batismo de fogo*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Unicamp, Campinas, SP, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SECRETARIA DO ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. *Análise do levantamento de dados realizada nas vilas rurais do Estado do Paraná*. Curitiba, 2000a.

SECRETARIA DO ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Casa própria, a maior prova de cidadania. *Revista Bem Morar*, Curitiba, v. 1, p. 7-8. jul. 2000.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO PARANÁ. *Café subsídios para a formulação de um programa e incremento à produtividade*. Curitiba, 1973.

SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação de terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. *Revista de Geografia da Universidade Estadual de Maringá*, Maringá, ano 10, n. 1, p. 85, dez. 1992.

STEFANINI, L. de L. *A propriedade no direito agrário*. São Paulo: R. dos Tribunais, 1978.